

MENSAGEM Nº 580

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 7 de novembro de 2022.

Brasília, 3 de Novembro de 2022

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Libanesa, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O ocupante anterior do cargo, **HERMANO TELLES RIBEIRO**, foi removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Carlos Alberto Franco França



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 600/2022/SG/PR/SG/PR

Brasília, 08 de novembro de 2022.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Irajá
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho a essa Secretaria a Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Atenciosamente,

LUIZ EDUARDO RAMOS
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República



Documento assinado com Certificado Digital por **Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 08/11/2022, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado:



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **3732743** e o código CRC **C7A71373** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.008827/2022-75

SUPER nº 3732743

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE **TARCISIO DE LIMA FERREIRA FERNANDES COSTA**

CPF: 233 406 734-20

ID: 8829 MRE

1960 Filho de Cicero Ferreira Fernandes Costa e Aurenívea Lima Ferreira nasce em 14 de abril em Recife/PE

Dados Acadêmicos:

1984-85 CPCD - IRBr
1992 Mestrado em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra
1993 CAD - IRBr
1998 Doutorado em Teoria Política pela Universidade de Cambridge, Inglaterra (CPAB)
2004 Pós-doutoramento em História das Ideias pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo
2007 Curso de Altos Estudos (CAE), Instituto Rio Branco

Cargos:

1985 Terceiro-Secretário
1989 Segundo-Secretário
1998 Primeiro-Secretário, por merecimento
2002 Conselheiro, por merecimento
2008 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
2016 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1986-90 Divisão das Nações Unidas, Secretaria de Estado, assessor
1990-94 Embaixada em Londres, Segundo-Secretário
1994-97 Consulado-Geral em São Francisco, Cônsul-Adjunto
1997-99 Comissão Nacional para as Comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil, Secretário-Executivo
1999-02 Presidência da República, Assessoria Especial do Gabinete, Assessor
2003-05 Presidência da República, Assessoria de ex-Presidentes, Assessor-Especial
2005-08 Embaixada em Madri, Conselheiro
2008-09 Embaixada em Madri, Ministro-Conselheiro
2009-13 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro
2013-16 Tribunal Superior Eleitoral, Assessoria Internacional da Presidência, Assessor-Chefe
2016-18 Diretor do Departamento da América do Sul Setentrional e Ocidental
2018-19 Chefe da Assessoria de Imprensa do Gabinete do Ministro de Estado
2019 Consulado-Geral em Londres, Cônsul-Geral

Condecorações:

Ordem do Infante Dom Henrique, Portugal, grau de Oficial
Ordem do Mérito Aeronáutico, grau de Comendador
Ordem do Mérito do Tribunal Superior Eleitoral - Assis Brasil, grau de comendador
Ordem do Rio Branco, grau de Grã-Cruz
Ordem do Mérito da Defesa, grau de Grande-Oficial
Ordem do Mérito Naval, grau de Grande-Oficial

Publicações:

2009 *As Duas Espanhas e o Brasil*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2009

Cargos docentes e outras atividades acadêmicas

1995-97 "Visiting Scholar" no Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Stanford, Estados Unidos
1999-00 Pesquisador Sênior do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília
2002 Titular da disciplina "Teoria das Relações Internacionais" no CPCD, Instituto Rio Branco
2014- Titular da disciplina "Pensamento Diplomático Brasileiro", no CPCD, Instituto Rio Branco
2014 Relator Diplomático de Banca do Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco
2012-15 Membro da Comissão de Avaliação dos Projetos do Curso de Altos Estudos
2014-15 Examinador do Vestibular do Instituto Rio Branco
2017-18 Membro da Banca do Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco

FERNANDO PERDIGÃO
DIVISÃO DO PESSOAL

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SECRETARIA DE ORIENTE MÉDIO, EUROPA E ÁFRICA
DEPARTAMENTO DE ORIENTE MÉDIO
DIVISÃO DE ORIENTE PRÓXIMO**

LÍBANO



**MAÇO OSTENSIVO
Outubro de 2022**

ÍNDICE

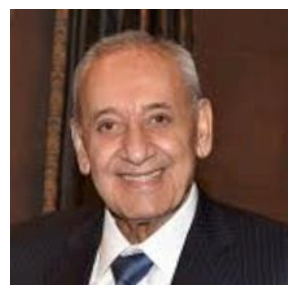
ÍNDICE.....	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
RELAÇÕES BILATERAIS	5
RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS	8
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	11
SITUAÇÃO ECONÔMICA NO LÍBANO	15
ACORDOS BILATERAIS	17
DADOS BÁSICOS	19
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS.....	20

PERFIS BIOGRÁFICOS

Presidente da República: o cargo de presidente da República, exercido necessariamente por cristão maronita, está vago desde o fim do mandato do ex-presidente Michel Aoun, em 30/10/2022, que exerceu a função por seis anos. Novo presidente será eleito de forma indireta, pela Assembleia Nacional, por meio de sessões eleitorais ora em curso, dedicadas a esse fim.



Najib Mikati, primeiro-ministro (*Trípoli, Líbano, 1955*). Muçulmano sunita, havia sido primeiro-ministro em duas ocasiões anteriores (abril-julho de 2005; e junho de 2011 a fevereiro de 2014). Voltou a ocupar o cargo em setembro de 2021. Desde maio de 2022, com a realização de eleições legislativas, seu governo assumiu natureza demissionária e Mikati foi designado mais uma vez para formar novo governo, processo que ainda está em curso. Político e empresário bem-sucedido e experiente, é amplamente percebido como habilidoso e conciliador. Dialoga com os campos opostos do complexo caleidoscópio partidário libanês sem posicionar-se claramente. O empresário de Trípoli (cidade mais pobre do Líbano) possui a maior fortuna pessoal do país e vultosos investimentos em diversos países, sobretudo no setor de telecomunicações. É líder do partido Movimento Azm, de pouca expressão.



Nabih Berri, presidente da Assembleia Nacional (*Freetown, Serra Leoa, 1938*). Muçulmano xiita, líder do Movimento Amal, é graduado em Direito pela Universidade Libanesa. Durante os anos 1970, atuou como advogado para o Amal, movimento de resistência nacional então liderado por Musa Al-Sadr. Após o desaparecimento de Al-Sadr em 1978, Berri assumiu o controle do Amal, que lidera até hoje. Tradicional aliado de Damasco, participou do Governo de União Nacional chefiado pelo PM Rashid Karami, em 1984, como Ministro para Reconstrução da Região Sul, Ministro da Justiça e Ministro dos Recursos Elétricos e Hidráulicos. Entre 1985 e 1988, no contexto da guerra civil, conduziu o Amal durante o episódio conhecido como “Guerra dos Campos”, em que centenas de refugiados palestinos foram mortos. Em 1992, foi eleito presidente do Parlamento, cargo que ocupa ininterruptamente até hoje, tendo sido reconduzido em 1996, 2000, 2005, 2009, 2018 e 2022.



Abdallah Bou Habib, ministro dos Negócios Estrangeiros e Emigrados (*Jdeide, Líbano, 1941*). Cristão maronita, é bacharel e mestre em Economia pela Universidade Americana de Beirute e doutor pela Vanderbilt University (EUA). Foi embaixador do Líbano em Washington durante os anos mais complexos da guerra civil libanesa (1983-1990), exerceu cargos no Banco Mundial e fundou o "think-tank" libanês Centro Issam Fares. Bou Habib iniciou a atual gestão como chanceler em 10 de setembro de 2021, no governo do PM Najib Mikati, e é tido como próximo ao ex-PR Michel Aoun. Como todo o gabinete ministerial libanês, atua em condição demissionária desde as eleições parlamentares de maio último e até a formação do novo governo, atualmente em curso.



Carla Jazzar, encarregada de negócios do Líbano no Brasil (*Trípoli, Líbano, 1966*). Cristã maronita, é graduada em Direito Público Internacional e Ciência Política pela Université Saint-Joseph, de Beirute. Possui mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais pela mesma instituição e mestrado em Estudos Diplomáticos pela Diplomatic Academy of London. É diplomata de carreira. Serviu na Embaixada do Líbano em Londres, entre 1995 e 1999, e atuou, entre os anos de 1999 a 2003, como delegada permanente adjunta junto à UNESCO. Foi embaixadora do Líbano em Washington de 2004 a 2017. Em dezembro de 2020, assumiu a encarregatura de negócios no Brasil.

RELAÇÕES BILATERAIS

Relação política

O Brasil possui relação política de alta densidade com o Líbano, não apenas em razão dos laços afetivos que nos unem àquele país, resultado da expressiva comunidade de descendentes de libaneses no Brasil, como também em razão da importância geopolítica do Líbano no contexto regional. O Brasil é dos poucos países que tem abertura para diálogo e ampla receptividade junto a todos os 18 grupos confessionais libaneses e aos partidos que os representam na política.

O relacionamento entre Brasil e Líbano prevê Mecanismo de Consultas Políticas. Sua primeira e única reunião teve lugar em Beirute, em maio de 2017, chefiada pelo então Subsecretário-Geral da África e do Oriente Médio, do lado brasileiro, e pelo então Secretário-Geral, interino, do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Emigrados, embaixador Charbel Wehbe, do lado libanês.

Cooperação técnica e humanitária

Após a dupla explosão no Porto de Beirute, em agosto de 2020, que deixou mais de 200 mortos, 6 mil feridos e 300 mil desabrigados, houve significativa intensificação na cooperação entre Brasil e Líbano. Na vertente humanitária, o Brasil enviou a Beirute, imediatamente após a tragédia, Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária que buscou identificar, em coordenação com autoridades libanesas, as necessidades mais urgentes pós-desastre. Duas aeronaves da Força Aérea Brasileira transportaram mais de seis toneladas de ajuda humanitária, e a entrega das doações foi realizada por comitiva chefiada pelo ex-presidente Michel Temer, ele próprio de ascendência libanesa.

Desde então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) já realizou, dentre outras iniciativas: (i) doação de 4 mil toneladas de arroz, no valor de cerca de US\$ 2 milhões; (ii) doação de dois “kits calamidade” preparados pelo Ministério da Saúde, em resposta a pedido da Embaixada libanesa de doação de medicamentos em escassez no país, (iii) doação de mais de US\$ 220 mil em medicamentos, insumos e equipamentos médicos para combate à COVID-19; entre outras iniciativas.

Com o apoio de recursos do orçamento federal, advindos de emendas parlamentares, o governo brasileiro, por meio da ABC, pretende implementar projetos elaborados de acordo com as demandas identificadas pela Missão Multidisciplinar de Assistência Humanitária em agosto de 2020. Deverão ser ações nos setores de: 1) prevenção de incêndios e desastres, e gestão de risco com a Defesa Civil Libanesa e a Universidade Americana de Beirute (AUB) – R\$ 500 mil; 2) traumatologia e ortopedia para recuperação de vítimas de explosões, com o Ministério da Saúde do Líbano e a AUB – R\$ 250 mil; 3) resiliência a desastres em ambientes urbanos, com o Ministério do Meio Ambiente do Líbano – R\$ 200 mil. No momento, a ABC está se

coordenando com o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) com vistas a dar início à implementação dos projetos.

Na vertente da cooperação técnica, está em negociação entre a ABC e o Ministério da Agricultura do Líbano projeto em agroecologia intitulado "Fortalecimento das práticas agroecológicas e estabelecimento de um sistema participativo de garantia para o setor orgânico do Líbano". A iniciativa poderá servir para transferir conhecimento brasileiro em matéria de certificação de produção de alimentos orgânicos e fortalecer o setor no Líbano, potencialmente aumentando suas exportações.

Em paralelo, diversas ações de assistência humanitária foram prestadas também pela comunidade de origem libanesa no Brasil, com o apoio institucional ou logístico do governo brasileiro, a exemplo da doação de 40 toneladas em alimentos, medicamentos e suprimentos médicos.

Em agosto de 2022, foi lançado o Fundo Humanitário de Apoio ao Povo do Líbano, iniciativa da Embaixada do Líbano em Brasília e da organização não governamental da diáspora libanesa no Brasil “Unidos pelo Líbano”, encorajada pelo governo brasileiro. Tal como concebido pela Embaixada libanesa, o fundo fiduciário almeja captar recursos privados para doações humanitárias. Um obstáculo à concretização da proposta, segundo a Embaixada libanesa, é a incidência, no Brasil, de impostos e taxas bancárias sobre remessas internacionais, ainda que para fins humanitários. Nesse sentido, representantes da embaixada libanesa em Brasília têm buscado sensibilizar o Congresso Nacional para alterar a legislação, prevendo redução ou isenção de impostos para remessas internacionais com fins humanitários.

Participação do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL)

Após a guerra de 2006 entre Israel e o braço armado do partido xiita libanês Hezbollah, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adicionou ao mandato original da UNIFIL as tarefas de monitorar a cessação das hostilidades, apoiar o desdobramento das forças armadas libanesas em todo o Sul do país e estender sua assistência de modo a garantir acesso humanitário à população civil, permitindo o retorno seguro e voluntário dos deslocados. Desde então, a missão, contando com capacidade reforçada, tem conseguido avançar na implementação de seu mandato e manter a estabilidade na área de operações mandatada.

De fevereiro de 2011 a janeiro de 2021, o Brasil comandou a Força Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, contribuindo continuamente com a nau-capitânia (fragata ou corveta) e com mais de 200 militares.

Após quase 10 anos, em janeiro de 2021, o Brasil deixou o comando da FTM e reduziu sua presença na UNIFIL. Diante de cenário de recursos limitados e da necessidade de priorizar iniciativas, o Estado brasileiro optou por maior atuação na região do Golfo da Guiné. Ao fim do comando brasileiro, autoridades da ONU no Líbano e em Nova York afirmaram que a contribuição do Brasil – o mais longo comando da FTM – contribuiu solidamente para a construção de um legado onusiano de operações de manutenção de paz marítimas.

O Brasil segue contribuindo com a UNIFIL, agora, com 7 oficiais do Exército Brasileiro (EB) no Quartel-general do Setor Leste da área de operações terrestre, em Marjayoun, e com 2

oficiais da Marinha do Brasil no Quartel-general da Força, em Naqoura. Há possibilidade de incremento de mais 2 oficiais do EB, em Naqoura, no ano de 2023.

Cooperação em Defesa e Segurança

O Brasil assinou, em 2018, Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa com o Líbano. Define o documento que a cooperação entre as partes, uma vez em vigor o acordo, poderá ser conduzida por meio de visitas recíprocas, reuniões entre as instituições de defesa similares de cada Estado, intercâmbio de instrutores, visitas a navios e aeronaves militares, atividades relacionadas a serviços e equipamentos, desenvolvimento de projetos conjuntos e quaisquer atividades que possam ser de benefício para ambas as partes.

Do lado libanês, o instrumento foi aprovado pelo Parlamento por meio da lei nº 222 de 16/07/2021 e promulgado pelo decreto presidencial nº 8343 de 10/09/2021. No lado brasileiro, o acordo foi aprovado no Congresso Nacional pelo Decreto Legislativo nº 136, de 13/10/2022, e seguiu para ratificação, após o que será objeto de decreto presidencial de promulgação para incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Vale ressaltar que a cooperação bilateral antecede a celebração do acordo, estando presente em iniciativas de formação de aspirantes a oficiais libaneses na Escola Naval brasileira, bem como em viagem de estudos de oficiais do Exército libanês ao Brasil, em 2018.

Para além do Acordo de Defesa, desde 2017, Brasil e Líbano vinham negociando Acordo Interinstitucional de Cooperação Policial, a ser assinado pela Polícia Federal brasileira e as Forças de Segurança Interna libanesas. O instrumento prevê o fortalecimento da cooperação no combate ao crime organizado transnacional, incluindo tráfico de entorpecentes, armas e pessoas e lavagem de dinheiro. Em 2021, alcançou-se versão final do instrumento e a embaixada em Beirute solicitou ao governo libanês a elaboração de versão em árabe do texto. O acordo agora está pendente apenas de assinatura.

Relações Parlamentares

A Câmara dos Deputados conta com Grupo Parlamentar Brasil-Líbano, criado em 1979. Na atual Legislatura, seu presidente é Ricardo Izar (PP/SP). Ademais, também é intensa a atividade do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, criado em 2008 e presidido, na presente Legislatura, pelo deputado David Soares (DEM/SP).

Comunidades libanesa no Brasil e brasileira no Líbano

O Brasil é lar da maior diáspora libanesa no mundo. Há divergências, mas estima-se que a comunidade de pessoas de origem libanesa no Brasil esteja entre 3 e 10 milhões.

No Líbano, estima-se que vivam aproximadamente 20 mil brasileiros.

RELAÇÕES ECONÔMICAS BILATERAIS

Segundo estatísticas do Ministério da Economia brasileiro, o montante da corrente comercial entre Brasil e Líbano alcançou, em 2021, US\$ 177,1 milhões, 10,6% a mais do que em 2020, com superávit de US\$ 136,5 milhões para o lado brasileiro (-11,4% em relação a 2020).

As importações brasileiras do Líbano em 2021 registraram US\$ 20,3 milhões, com +576,7% de variação em relação a 2020. Em termos de percentual do valor total importado, destacam-se adubos ou fertilizantes químicos (92%). As exportações brasileiras para o Líbano atingiram, em 2021, US\$ 156,8 milhões, diminuindo 0,2% em relação a 2020. Em termos de percentual do total exportado, destacam-se açúcares e melações (30%); café não torrado (22%); e carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (14%).

Os dados de comércio bilateral no ano de 2021 indicam reversão da tendência de queda da corrente, observada desde 2019. Como as exportações do Brasil para o Líbano ficaram praticamente estáveis (-0,2%), a principal responsável pelo aumento da corrente foi a importação brasileira de produtos libaneses (+576,7%), fortemente beneficiada pela reativação do comércio de adubos ou fertilizantes químicos. Nesse cenário, registrou-se redução do desequilíbrio histórico na balança comercial bilateral, que aponta tradicionalmente para grandes superávits em favor do Brasil.

No tocante ao primeiro semestre de 2022, os dados do comércio bilateral indicam continuidade da tendência de aumento da corrente comercial iniciada no semestre anterior (julho-dezembro/2021), registrando o maior valor em um primeiro semestre desde 2017: US\$ 133,6 milhões, 90% a mais do que no mesmo período de 2021, com superávit de US\$ 88,4 milhões para o lado brasileiro. No tocante às importações brasileiras do Líbano, o valor chama ainda mais atenção ao registrar o pico em um primeiro semestre dos últimos 11 anos.

Acordo de Livre Comércio Mercosul-Líbano

Os países do MERCOSUL e o Líbano firmaram o Memorando de Entendimento sobre Comércio e Cooperação Econômica em dezembro de 2014, no intuito de lançar as negociações do Acordo de Livre Comércio entre o bloco e aquele país.

Em outubro de 2019, foi realizada a I Rodada de Negociações do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Líbano. Na condição de presidente de turno do Mercosul, a delegação brasileira, composta por funcionários do MRE, do MAPA e do Ministério da Economia, coordenou a participação da delegação mercosulina. Houve sessões negociadoras dos grupos técnicos de acesso a mercados; regras de origem; medidas sanitárias e fitossanitárias; barreiras técnicas, e defesa comercial.

A delegação libanesa expressou em todos os grupos de trabalho preocupação no sentido de evitar incluir, no texto do acordo com o MERCOSUL, menções a acordos multilaterais

negociados no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), da qual o país não é membro.

A rodada foi concluída prematuramente com o início da onda de protestos que levaram à queda do então primeiro-ministro Saad Hariri, no fim de outubro de 2019. A partir daí, a celeridade que caracterizou os trabalhos na I Rodada deu lugar a um processo mais lento, condicionado, em grande medida, aos desenvolvimentos internos da política e da economia libanesas, agravados pela pandemia de Covid-19, a partir de março de 2020, e pela explosão do porto de Beirute, em agosto do mesmo ano.

O Líbano deu continuidade, por troca de notas, em fevereiro de 2020, à negociação do capítulo de bens e das modalidades para o primeiro intercâmbio de ofertas, tendo enviado perguntas e propostas por intermédio de sua embaixada em Brasília.

Em dezembro de 2020 foi aprovado o documento de modalidades para o primeiro intercâmbio de ofertas, que prevê a liberalização por parte do MERCOSUL de 99% das importações originárias do Líbano e de 96% das linhas tarifárias. O Líbano, por sua vez, comprometeu-se com a liberalização de 98% das importações originárias do MERCOSUL e de 94% das linhas tarifárias.

Esforços para a realização de uma II Rodada Negociadora, em formato virtual, em outubro de 2021, não lograram sucesso. A grave crise social, econômica e política por que passa o Líbano vem impactando a capacidade de reação e a própria continuidade dos interlocutores em nível técnico, necessários ao avanço da negociação. Nesse sentido, o MERCOSUL aguarda sinalização sobre o momento oportuno para a retomada dos entendimentos com aquele país. Ao Brasil, na qualidade de coordenador pelo MERCOSUL dessa frente negociadora, caberá realizar em breve nova consulta a respeito.

O instrumento poderá contribuir para aumento das exportações agrícolas brasileiras com o parceiro, hoje aquém de seu potencial, e estimular a diversificação da pauta comercial com produtos de maior valor agregado, como máquinas e equipamentos. A negociação se beneficia da existência de relativa complementaridade econômica entre o MERCOSUL e o Líbano.

O Líbano mantém acordos em vigor com União Europeia (UE), Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e Grande Área Árabe de Livre Comércio (GAFTA), bem como instrumentos bilaterais de caráter liberalizante com numerosos países.

POLÍTICA INTERNA

A política interna libanesa tem o sectarismo confessional como eixo central. Os cargos políticos são distribuídos entre as 18 comunidades religiosas que compõem o tecido social libanês, com destaque para os cristãos maronitas, que ocupam a Presidência da República, e os muçulmanos sunitas, que ocupam a Presidência do Conselho de Ministros (equivalente ao cargo de primeiro-ministro), e xiitas, que ocupam a Presidência do Parlamento. O objetivo é preservar o equilíbrio de poder entre todos e evitar a formação de maiorias, buscando sempre decisões por consenso. De fato, os eleitores são registrados de acordo com os grupos

confessionais a que pertencem, os quais têm número de assentos pré-definidos no Parlamento, e, não raro, questões identitárias ligadas ao sectarismo podem passar à frente do debate de propostas de governo.

A Revolução de 17 de Outubro de 2019 (*Thawra*) deu início à grave crise multidimensional que o Líbano atravessa atualmente, e que tem pautado exclusivamente sua política interna. O levante popular de grandes proporções durou meses, expôs fragilidades institucionais profundas do país e gerou na população expectativa de mudanças positivas, mas terminou por provocar caos político, fuga de capitais e o desmonte de um sistema financeiro fortemente dependente da entrada de divisas. O cenário foi intensificado, em 2020, pela dupla explosão do porto de Beirute, que devastou boa parte da cidade e deixou mais de 200 mortos e 6 mil feridos; pela pandemia de covid-19; e, em 2022, e pelos efeitos da guerra na Ucrânia.

Em outubro de 2021, o acirramento das tensões desencadeou conflitos violentos nas ruas de Beirute, nos limites da antiga linha verde que separava os bairros cristãos e muçulmanos durante a Guerra Civil, no bairro de Tayouneh. De um lado, estavam militantes muçulmanos xiitas, que participavam de manifestação convocada por Hezbollah e Amal contra a condução de inquérito sobre a dupla explosão no porto de Beirute. De outro lado, grupos que, presume-se, eram apoiadores do partido Forças Libanesas (cristãos). O episódio expôs a fragilidade da situação securitária no Líbano e mostrou que a convivência inter-religiosa harmônica no país não deve ser tida como certa, especialmente em momentos de tensão exacerbada.

Diante do agravamento da crise, o governo do Líbano tem sido marcado por longos momentos de paralisia nos últimos três anos. O ex-primeiro-ministro Saad Hariri renunciou após a eclosão da Revolução de Outubro de 2019 e seu sucessor, Hassan Diab, caiu após a dupla explosão do porto da capital, em agosto de 2020. O primeiro-ministro Najib Mikati, que assumiu apenas em setembro de 2021, após treze meses de impasse, já se encontra em natureza demissionária em razão da realização de eleições parlamentares de maio de 2022 e consequente dissolução do gabinete. Em junho, Mikati foi designado pelo presidente da república para formar governo novamente, processo que segue em curso até o momento.

Eleições Parlamentares em maio de 2022

Em maio de 2022, eleições legislativas foram realizadas no Líbano. Os candidatos dos movimentos de contestação e antissistema, oriundos da Revolução de 17 de Outubro de 2019, ampliaram sua participação, mas permaneceram minoritários, com apenas 13 das 128 cadeiras. A oposição tradicional, representada sobretudo pelo partido cristão Forças Libanesas, aumentou sua presença, mas não pôde compor maioria dos assentos. O imobilismo ficou evidente com a recondução de Nabih Berri (movimento Amal, muçulmano xiita) à Presidência do Parlamento, cargo que ocupa há 30 anos ininterruptos, e, posteriormente, à indicação de Najib Mikati (Movimento Azm, sunita) ao cargo de primeiro-ministro, que já ocupava desde setembro de 2021. Note-se que, apesar de reconduzido ao cargo de PM, Najib Mikati e seu gabinete encontram-se em natureza demissionária até que seja formado novo governo, o que não foi possível até o momento devido à paralisia política que caracteriza o país.

Eleições Presidenciais em outubro de 2022

O ex-presidente Michel Aoun (Movimento Patriótico Livre - MPL, maronita), completou seu mandato de seis anos e deixou o cargo em 30 de outubro de 2022; desde então, a Presidência do país está vaga. Iniciou-se, em setembro de 2022, o prazo constitucional para que o Parlamento libanês eleja o próximo presidente da República. Nos termos da constituição libanesa de 1926, em sessão convocada pelo presidente do Parlamento, o presidente da República Libanesa é eleito em votação secreta por maioria de 2/3 dos votos dos parlamentares em primeiro turno. Caso o presidente não seja eleito em primeiro turno, a maioria absoluta dos votos é suficiente para eleger o presidente nos turnos seguintes. Por força do pacto nacional libanês de 1943, o presidente da República deve ser sempre cristão maronita.

A primeira sessão eleitoral realizada, em 29/09/2022, no parlamento do Líbano, para escolha do novo presidente da República, terminou sem êxito. Candidato com mais votos, o deputado Michel Moawad conseguiu somente 36 votos, longe dos 86 necessários (dois terços de 128) para conseguir eleger novo presidente. Outras sessões eleitorais têm sido realizadas no Parlamento desde então, mas sem êxito.

Com a impossibilidade de eleger novo presidente antes do fim do mandato do ex-Presidente Aoun, configura-se, no Líbano, quadro inédito de incerteza e o país entra em vácuo de poder institucional. O primeiro-ministro, substituto natural do presidente em caso de vacância, encontra-se em caráter demissionário desde as eleições parlamentares de maio último e da consequente dissolução do gabinete, podendo executar apenas atos de gestão administrativa.

POLÍTICA EXTERNA

A história do Líbano é marcada por ocupações estrangeiras e transbordamentos de conflitos regionais para o interior de seu território, de modo que as políticas interna e externa se sobrepõem com frequência. Se, na teoria, a política externa do país busca se guiar pelo princípio da neutralidade, na prática, seus dois principais grupos definem-se prioritariamente em função dos alinhamentos externos: “8 de Março” (pró-Irã e pró-Síria) e “14 de Março” (pró-Occidente e pró-Arábia Saudita).

Israel

O Líbano não mantém relações diplomáticas com Israel. Mesmo após a retirada de suas tropas do território libanês em 2006, Israel segue ocupando áreas pleiteadas pelo Líbano, a exemplo da região conhecida por Fazendas de Chebaa. Israel alega que as Fazendas fazem parte das Colinas de Golã e seriam, assim, território cuja soberania só poderia ser definida após acordo entre Síria e Líbano.

A fronteira entre Líbano e Israel representa ponto de tensão sobretudo pela presença do braço armado do partido xiita Hezbollah na área. Tel Aviv enxerga o sul do Líbano como área de influência direta do Irã, por meio de seu aliado Hezbollah, que tem forte influência na área.

Ainda que não haja negociação de acordo de paz em curso entre Líbano e Israel e os países sigam tecnicamente em estado de guerra, podem-se identificar esforços diplomáticos pontuais entre as partes no sentido de tornar a coexistência gerenciável e evitar escalada de tensão. Nos últimos anos, diante da perspectiva de exploração de gás “offshore” por ambos os países no Mediterrâneo Oriental, decidiu-se iniciar negociações mediadas para delimitar a porção marítima da fronteira. Os esforços mais recentes do processo de negociação foram iniciados em 2020 e têm sido mediados pelos EUA e facilitados pela ONU.

Após serem interrompidos em maio de 2021 em vista de o Líbano ter passado a adotar postura maximalista baseada na linha 29, que implica adição de cerca de 1.400 km² a seu pleito original (linha 23), os esforços de negociação foram retomados em outubro de 2021 e se intensificaram no início de 2022 com a nomeação do americano-israelense Amos Hochstein como mediador-chefe pelo governo dos EUA.

Em outubro corrente, Líbano e Israel, apoiados pelos esforços de Amos Hochstein, alcançaram acordo final. Será utilizada como fronteira a chamada “linha 23” e o campo gasífero de Cana, que a atravessa, ficará sob soberania libanesa. No entanto, como parte do campo situa-se ao sul da futura fronteira marítima, Israel terá o direito a parte das compensações pela exploração naquele campo. Os EUA e a França (país sede da empresa Total, que explora o bloco onde se situa Cana) teriam se comprometido, à parte, em criar condições para que Israel receba as compensações diretamente da empresa responsável pela exploração, sem envolvimento do Líbano.

O acordo representa elemento novo capaz de operar transformação na relação de segurança entre os dois países. O risco de guerra entre Israel e Líbano (ou o Hezbollah) tende a diminuir devido aos novos interesses econômicos em comum. Os dois países deverão se coordenar, inclusive em termos logísticos, para garantir a estabilidade da região, o que cria, em termos estratégicos, interesse convergente de prevenir conflitos.

O governo norte-americano e a ONU facilitarão, ainda, negociações subsequentes, para detalhamento técnico do acordo.

Síria

Em 2022, a guerra na Síria completou 11 anos, com saldo estimado de 350 mil mortos. Os impactos do conflito no vizinho Líbano foram numerosos e muito graves. Ainda no início, integrantes das principais forças políticas libanesas adotaram, por consenso, a “Declaração de Baabda” de junho de 2012, que definiu os objetivos comuns de preservação da estabilidade no país e de dissociação em relação à crise síria. A declaração de intenções não foi suficiente e o conflito chegou, em alguns momentos, a transbordar para o território libanês. Registraram-se conflitos em Beirute, Trípoli e no Vale de Beqaa, região de fronteira com a Síria. Militantes extremistas filiados ao autoproclamado “Estado Islâmico” (EI) e à Frente al-Nusra chegaram a

atuar em território libanês, tendo sido combatidas e expulsas pelas Forças Armadas Libanesas e pelo braço armado do partido xiita libanês Hezbollah.

Estima-se que o Líbano abrigue, atualmente, quase 1,1 milhão de refugiados do conflito sírio, um acréscimo populacional significativo em país de população de cerca de 4,5 milhões de habitantes. Contemplando opositores e apoiadores do governo de Damasco, esses refugiados, somados aos quase 500 mil refugiados palestinos, têm afetado negativamente a estabilidade do país, além de representarem onerosa carga à economia local e aos recursos públicos. Note-se que a natureza sectária do Estado libanês depende da manutenção do equilíbrio religioso da população de modo a evitar que um grupo se sobreponha aos demais. A chegada do grande contingente de refugiados sírios, em sua maioria muçulmanos sunitas, gera desconforto também sob esse aspecto. Em outubro de 2022, teve início programa do governo libanês de retorno gradual e voluntário de refugiados sírios a regiões estáveis do país vizinho, o que é visto com restrições pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

A atuação do Líbano no tratamento da questão síria no âmbito multilateral tem-se caracterizado por posições moderadas, que reconhecem a gravidade da situação no país e traduzem o receio de que um ativismo internacional leve ao transbordamento da crise para os países vizinhos. Na ONU e na Liga dos Estados Árabes, em particular, o Líbano tem se abastido e apresentado ressalvas em decisões críticas ao governo sírio, defendendo solução pacífica e negociada.

Irã

O relacionamento entre Líbano e Irã tem como fio condutor principal o partido xiita libanês Hezbollah, único grupo político a preservar suas armas após o fim da Guerra Civil, em 1990. O Hezbollah tem presença armada e algum grau de controle em diferentes áreas do território libanês, sobretudo no sul e no Vale do Beqaa, na fronteira leste com a Síria. No momento mais grave da atual crise energética libanesa, em 2021, o Irã forneceu ao Líbano grandes quantidades de combustível para veículos e para o funcionamento de geradores privados.

Arábia Saudita e demais países do Conselho de Cooperação do Golfo

A Arábia Saudita e os demais países do Conselho de Cooperação do Golfo sempre representaram importante fonte de recursos para o Líbano, seja por meio de investimentos, fluxo de turistas e importações de produtos libaneses. É significativa, também, a dimensão da diáspora libanesa nos países do Golfo, a qual envia vultosas remessas para seus familiares no Líbano, alimentando a economia local com divisas. Por muito tempo, ainda, Riade apoiou figuras políticas libanesas no campo sunita. Verifica-se, contudo, tendência de distanciamento entre Arábia Saudita (e os demais países árabes do Golfo) e o Líbano desde 2017, quando do episódio controverso da renúncia do então primeiro-ministro Saad Hariri a partir de Riade. Desde então, numerosos atritos vem ocorrendo, envolvendo a proibição de turistas do Golfo de viajar ao Líbano, causando forte impacto negativo na economia libanesa; a suspensão pela Arábia Saudita de importação de frutas e legumes libaneses após identificação de carga de

drogas sintéticas (captagon) provenientes do Líbano em porto daquele reino; declarações ofensivas do ex-chanceler do Líbano, Charbel Wehbé, sobre os sauditas, referindo-se a eles como “beduínos”, e a abstenção da Arábia Saudita de ajudar financeiramente o Líbano nas recentes conferências internacionais organizadas para este fim. No episódio mais recente de atrito, em outubro de 2021, foi divulgada entrevista antiga do então ministro da informação, George Kordahi, a respeito da guerra no Iêmen, em que identifica a Arábia Saudita como agressora. Como resposta, o Reino retirou seu embaixador do Líbano e solicitou a retirada do embaixador libanês de Riade. Em solidariedade, Kuaite, Bahrein e Emirados Árabes Unidos também tomaram medidas idênticas. A Arábia Saudita ainda baniou todas as importações de produtos do Líbano enquanto os EAU aconselharam seus cidadãos a não viajarem ao Líbano.

Em abril de 2022, o embaixador da Arábia Saudita, Walid al-Bukhari, retornou para Beirute após mais de cinco meses de crise diplomática. O Kuaite seguiu a Arábia Saudita e também anunciou o retorno de seu embaixador a Beirute. Avalia-se que as eleições legislativas e presidenciais em 2022 foram fator relevante no reengajamento da Arábia Saudita com o Líbano.

França

O relacionamento entre França e Líbano tem natureza especial. Após o fim do mandato francês sobre o país levantino, em 1943, Paris manteve forte influência sobre Beirute. Foram numerosos os momentos ao longo dos anos em que a França foi acionada pelo Líbano para auxiliá-lo na superação de dificuldades. A integridade territorial e a coexistência harmônica multiconfessional no Líbano devem, na visão francesa, ser preservadas por serem essenciais à estabilidade do Oriente Médio.

Em abril de 2018, o governo francês organizou a Conferência CEDRE com o objetivo de apoiar o desenvolvimento e o fortalecimento da economia libanesa, como parte de plano abrangente de reforma e investimentos em infraestrutura. Na ocasião, o esforço francês logrou obter anúncio de US\$ 11 bilhões em doações e empréstimos de parceiros internacionais. O montante ainda não foi desembolsado por ser condicional à implementação de reformas no Estado e na economia. Desde então, outras Conferências foram organizadas por Paris para angariar apoio internacional às Forças Armadas Libanesas e ajuda humanitária ao povo libanês.

Três dias após a explosão do porto de Beirute, em agosto de 2020, o presidente francês Emmanuel Macron foi a primeira autoridade a visitar a área atingida, tendo em conta que os próprios políticos libaneses não o fizeram. Pouco mais de um mês depois, o presidente francês retornou a Beirute e reuniu na residência oficial da Embaixada da França naquela capital os principais líderes partidários libaneses, que receberam, na entrada, um plano de governo a ser adotado como condição à liberação de auxílio financeiro. Apesar de obter compromisso dos presentes, Macron não viu, até o momento, mais de dois anos depois, a classe política libanesa se mobilizar para implementar as reformas acordadas.

A primeira viagem oficial do primeiro-ministro libanês Najib Mikati foi para Paris, em setembro de 2021. Na ocasião, em encontro com Emmanuel Macron, o PM libanês reforçou a disposição do governo em fazer as reformas necessárias para promover a retomada econômica

e iniciar negociações com o FMI, condição reiteradamente exigida pela França do Líbano em diferentes foros, inclusive no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

EUA

O relacionamento entre Líbano e Estados Unidos da América é de proximidade, mas permeado por irritantes ligados à presença incontornável no país levantino do partido xiita Hezbollah, classificado pelos EUA como organização terrorista. Um exemplo do transbordamento da luta dos EUA contra o Hezbollah para suas relações com o governo libanês é o fato de o atual presidenciável Gebran Bassil, líder do Movimento Patriótico Livre (cristão) e genro do ex-presidente Michel Aoun, estar sob sanções dos EUA desde 2020, acusado de corrupção e envolvimento com o Hezbollah.

Os EUA também tiveram papel central no processo de negociação da fronteira marítima entre Israel e Líbano. Com habilidade diplomática, negociador estadunidense Amos Hochstein que nasceu em Israel, conseguiu aproximar Estados formalmente em conflito e encontrar solução diplomática para questão sensível e complexa.

SITUAÇÃO ECONÔMICA NO LÍBANO

O Líbano enfrenta, desde 2019, a mais grave crise econômica de sua história, tida pelo Banco Mundial como uma das três mais graves do mundo. A pobreza atinge cerca de 80% da população e a moeda local viu, em pouco mais de 1 ano, desvalorização de mais de 90% face ao dólar norte-americano, o que tem efeitos nefastos sobre uma economia fortemente dependente das importações, onde mais de 80% dos alimentos têm origem estrangeira. Em março de 2020, o governo anunciou a decisão de não pagar a dívida do país emitida em eurobonds em dólares norte-americanos no valor de US\$ 1,2 bilhão, colocando o país em situação de “calote” pela primeira vez na história. Desde junho de 2021, a oferta de eletricidade pela rede pública raramente ultrapassa as duas horas diárias e chega a ser nula em diversas regiões do país, deixando os usuários dependentes exclusivamente da geração de energia por meios privados (geradores individuais ou coletivos), que contam com a imprevisível disponibilidade de óleo diesel no mercado local para seu funcionamento.

Os pilares do modelo econômico libanês do pós-Guerra Civil (câmbio fixo, dependência de exportações, economia rentista e baseada em serviços) estão visivelmente desgastados, mas, segundo analistas, atores-chave públicos e privados permanecem comprometidos com a perpetuação do “status quo” no lugar de promover as reformas necessárias para a reversão do cenário.

Segundo as estimativas do Banco Mundial, o produto interno bruto (PIB) libanês contraiu 10,5% em 2021, após contração de 21,4% em 2020. Ou seja, passou de US\$ 52 bilhões em 2019 para estimados US\$ 21,8 bilhões em 2021, com contração acumulada de 58,1%, a mais acentuada dentre 193 países analisados pelo BM no período. O único

componente do PIB libanês que mostrou resultado positivo em 2021 foi o comércio de serviços, especificamente o setor de turismo, que apresentou aumento de 10,2% de janeiro a julho de 2021, provavelmente fomentado (i) pela retirada parcial de restrições de movimento associadas à pandemia de covid-19 em 2020; e (ii) pela desvalorização vertiginosa da libra libanesa, que tornou este país destino turístico de baixo custo.

No tocante à entrada de remessas de divisas, componente tradicionalmente importante do PIB libanês, registrou-se, em 2021, queda nominal em vista da perda de confiança no setor bancário libanês e do impacto negativo da pandemia de covid-19 na economia global. Mesmo assim, estima-se que o peso das remessas líquidas no PIB libanês tenha aumentado de 10,3% em 2020 para 16,9% em 2021, como resultado, entre outros fatores, do "efeito denominador" (queda brusca no PIB).

O caos cambial em vigor no Líbano desde outubro de 2019 persiste, com a coexistência de múltiplas taxas de câmbio aplicadas de forma desordenada e arbitrária. A cotação da libra libanesa no mercado paralelo tem-se situado sempre abaixo dos 10% de sua cotação oficial, indicando consolidação da perda de 90% do valor real da moeda local face ao dólar norte-americano. Em 2021, foram retirados os subsídios cambiais que protegiam diversos produtos importados, à exceção de itens específicos, como medicamentos para tratamento de doenças crônicas. A forma descoordenada como a medida foi tomada - sem o necessário ajuste, por exemplo, em preços controlados - levou ao cenário catastrófico de escassez de combustíveis que teve seu ápice no verão de 2021. Em outubro de 2022, o governo anunciou uma maxidesvalorização do câmbio oficial, mas este permanece muito abaixo do valor praticado no mercado paralelo.

Em contexto de dependência acentuada das importações, a desvalorização vertiginosa da libra libanesa segue contribuindo para o aumento da inflação. Estima-se que o aumento de preços em 2021 tenha alcançado 145%, o terceiro índice mais alto do mundo, após a Venezuela e o Sudão. No período de janeiro a novembro, alimentos e bebidas não alcoólicas aumentaram 305,9%; transporte, 305,2%; e roupas e calçados, 324,6%.

O governo libanês continua fortemente endividado, com o índice dívida pública bruta/PIB estimado em 183% em 2021, contra 179% em 2020. Trata-se do quarto índice mais alto do mundo, atrás apenas de Japão, Sudão e Grécia.

Em abril de 2022, o FMI e o governo libanês concluíram, acordo preliminar de empréstimo de US\$ 3 bilhões em 4 anos. A aprovação, contudo, depende da implementação de requisitos do Fundo, ainda pendentes, a exemplo de aprovação de nova lei de sigilo bancário; reestruturação da dívida pública; reestruturação do setor bancário e repartição das perdas da crise; unificação das múltiplas taxas de câmbio, aprovação de nova lei de controle de capitais; de apoio de parceiros internacionais; e reestruturação do setor energético.

Cumprir notar, contudo, que o Líbano é país de dimensões reduzidas e economia extremamente dinâmica e volátil, que historicamente se comporta como caixa de ressonância dos interesses externos no Oriente Médio. Dessa forma, eventuais alterações inesperadas no contexto geopolítico regional e extra regional podem alterar de forma brusca as perspectivas econômicas hoje vigentes para aquele país. Um exemplo pode ser a conclusão recente, em

outubro de 2022, do acordo de delimitação de fronteira marítima com Israel e o possível início da exploração de hidrocarbonetos na costa libanesa no Mediterrâneo Oriental.

ACORDOS BILATERAIS

Título	Assunto	Data de celebração	Status de tramitação
Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação em Matéria de Defesa.	Defesa e Assuntos Militares	14/12/2018	Em ratificação
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais/Especiais ou de Serviço.	Vistos e Imigração	10/07/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais entre a República Federativa do Brasil e a República Libanesa	Consultas Diplomáticas	10/07/2014	Em Vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Vistos de Múltiplas Entradas para fins de Turismo ou Negócios entre a República Federativa do Brasil e o República do Líbano	Vistos e Imigração	09/07/2014	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação na Área de Esporte	Cooperação Educacional e Esportiva	22/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa para Ampliação e Diversificação das Relações Bilaterais.	Relações Diplomáticas e Consulares	17/02/2004	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre o Combate à Produção, Consumo e Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas e sobre o Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e outras Transações Financeiras Fraudulentas Afins	Entorpecentes	04/12/2003	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Líbano sobre Cooperação Técnica e Procedimentos Sanitários e Fitossanitários	Sanidade Animal e Vegetal	04/12/2003	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e	Direitos	04/10/2002	Em Vigor

Título	Assunto	Data de celebração	Status de tramitação
o Governo da República Libanesa sobre Cooperação em Certas Matérias Consulares de Caráter Humanitário	Humanos - Relações Diplomáticas e Consulares		
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Civil entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Direito Civil	04/10/2002	Em Vigor
Acordo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Direito Penal	04/10/2002	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Tratado de Extradicação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Extradicação	04/10/2002	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Cooperação Artístico-cultural	04/02/1997	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa	Transporte Aéreo	04/02/1997	Em Vigor
Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre a República do Líbano e a Estados Unidos do Brasil.	Comércio	12/05/1954	Em Vigor

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República Libanesa
CAPITAL	Beirute
ÁREA	10.452 km ²
POPULAÇÃO	6,7 milhões
IDIOMAS	Árabe (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES (estimado)	54% muçulmanos (xiitas, sunitas e outros), 40.5% cristãos (maronitas, greco-ortodoxos e outros), 5.6% drusos
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista confessional unitária
CHEFE DE ESTADO	Cargo vago desde 31/10/2022
PODER LEGISLATIVO	Unicameral – Assembleia Nacional (Assemblée Nationale), presidida por Nabih Berri (muçulmano xiita)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Najib Mikati (muçulmano sunita)
MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E EMIGRADOS	Abdallah Bou Habib (cristão maronita)
PIB NOMINAL (Banco Mundial, 2021)	US\$ 18,8 bilhões
PIB NOMINAL PER CAPITA (Banco Mundial, 2021)	US\$ 2.670,40
VARIAÇÃO DO PIB (Banco Mundial, 2021)	-10,5%
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0.706 (112ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019):	79 anos
UNIDADE MONETÁRIA	Libra libanesa
EMBAIXADOR NO BRASIL	Carla Jazzar (encarregada de negócios)
EMBAIXADOR EM BEIRUTE	Hermano Telles Ribeiro
COMUNIDADE BRASILEIRA	20 mil (estimado)

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1876	Visita de D. Pedro II ao Líbano, então parte do Império Otomano
1880	Primeiros contingentes significativos de imigrantes libaneses chegam ao Brasil, predominantemente cristãos
1920	Abertura do consulado do Brasil em Beirute
1937	O consulado do Brasil torna-se Consulado-Geral
1945	Estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, após a independência do Líbano
1946	O Consulado-Geral do Brasil passa a Legação
1954	Visita oficial do Presidente da República Libanesa, Camille Chamoun, ao Brasil
1954	Abertura de Embaixada libanesa no Rio de Janeiro
1954	Abertura de Embaixada brasileira em Beirute
1961	Transferência da Embaixada libanesa para Brasília
1961	Abertura do consulado honorário em Trípoli, desativado em 1991 e reativado em 1994
1975	Início da Guerra Civil no Líbano, que marca também o começo de nova onda de imigrantes do país para o Brasil, desta feita com grande participação de muçulmanos
1995	Visita oficial do Primeiro-Ministro libanês ao Brasil, Rafik Hariri
1996	Visita ao Brasil do Presidente da Assembleia Nacional libanesa, Nabih Berri
1997	Visita do Presidente da República libanesa, Elias Hraoui, ao Brasil
1997	Visita do Chanceler Luiz Felipe Lampreia ao Líbano
2003	Visita de Estado do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Líbano
2003	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Líbano
2003	Visita de Rafik Hariri, Primeiro-Ministro libanês, ao Brasil
2005	Visita do Chanceler Celso Amorim ao Líbano
2005	Visita do Primeiro-Ministro libanês, Najib Mikati, ao Brasil
2006	Visita do Chanceler Celso Amorim, ao Líbano, no contexto da guerra entre Israel e o Hezbollah
2009	Visita do Embaixador Extraordinário do Brasil ao Oriente Médio, Affonso Celso de Ouro-Preto
2010	Visita de Estado do Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman

2011	Visita do Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Líbano.
2011	Inauguração do Centro Cultural Brasil-Líbano
2012	Visita do Ministro da Defesa, Celso Amorim, ao Líbano
2013	Visita ao Brasil do Cardeal Bechara Boutros Rai, Patriarca da Igreja Maronita
2014	Participação de delegação parlamentar brasileira à I Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2014	Visita do Chanceler Gebran Bassil a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro
2015	Participação de delegação parlamentar brasileira à II Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2015	Visita do Chanceler Mauro Vieira ao Líbano
2016	Participação de delegação parlamentar brasileira à III Conferência sobre o Potencial da Diáspora
2016	Encontro entre os Chanceleres José Serra e Gebran Bassil à margem da AGNU
2016	Encontro do Chanceler Gebran Bassil com o Chanceler José Serra e com o Presidente Michel Temer à margem da 1ª Conferência Latino-Americana "O Potencial da Diáspora Libanesa"
2016	Visita do Ministro da Defesa, Raul Jungmann, ao Líbano
2017	Encontro do Governador do Goiás, Marconi Perillo, com o Presidente Michel Aoun durante visita de trabalho ao Líbano
2017	Participação de delegação parlamentar brasileira à IV Conferência sobre o Potencial da Diáspora, chefiada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia
2018	Visita do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira ao Líbano
2018	Encontro do Chanceler Aloysio Nunes Ferreira com seu homólogo libanês, Gebran Bassil, à margem da 73ª AGNU
2018	Visita do Senador Fernando Collor de Mello, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, ao Líbano
2018	Visita do Ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Carlos Marun, a Beirute
2019	Visita de Hassan Mourad, Ministro de Estado do Comércio Exterior do Líbano ao Brasil.
2019	Visita do Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a Beirute.
2019	Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, encontra-se com o Presidente Michel Aoun e visita a fragata União, nau-capitânia da Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL, no Líbano.

2019	Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, chefia a delegação parlamentar brasileira na "Conferência sobre a Energia da Diáspora 2019".
2019	Encontro do Chanceler Ernesto Araújo com o então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano, Gebran Bassil, às margens 74a Assembleia Geral das Nações Unidas.
2020	Visita do ex-PR Michel Temer na esteira das explosões no Porto de Beirute em agosto de 2020.